

PARQUE ESTADUAL DAS SETE PASSAGENS

PLENÁRIA DA REUNIÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DAS SETE PASSAGENS -20/12/2022

No dia 20 de dezembro de 2022 foi realizada a segunda Reunião Ordinária do Conselho Gestor Parque Estadual das Sete Passagens de modo virtual pela plataforma Teams. A reunião iniciou às 09h23, teve como pauta os seguintes pontos: 1. Situação atual da Concessão do Parque Estadual das Sete Passagens, 2. Construção da Estrada entre Miguel Calmon ao PESP, 3. O que ocorrer. Estiveram presentes as entidades conselheiras abaixo listadas, representando Poder Público Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA; Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Miguel Calmon; Secretária Municipal de Educação de Miguel Calmon; Universidade Federal do Vale do São Francisco -UNIVASF; Câmara de Vereadores de Miguel Calmon Sociedade Civil: Associação Comunitária de Murici – ASCOMU; Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Taquara e Cedro – ATCMBCS; Associação de Ação Social e Preservação das Águas Fauna e Flora da Chapada Norte – ASPAFF; Associação Protetores da Serra – APS; e o Sindicato Rural de Miguel Calmon. Empreendedores Locais: Não compareceram. O presidente do Conselho José Manoel Zélis Pereira, iniciou sua fala informando sobre a pauta e que ele e a técnica Mariana Mascarenhas, estaria junto com os presentes discutindo os assuntos pautados. Informou da urgência na avaliação desta referida ata pelas entidades conselheiras, pelo motivo do final do ano de 2022, esclareceu sobre os assuntos pautados e que foi incluído de última hora para ser discutido na pauta de O que ocorrer, a compensação ambiental proveniente do complexo Eólico OMEGA, a ser aplicado nos subprogramas constantes no plano de manejo da unidade PESP. Dando início aos assuntos da pauta, passou a palavra para Mariana Mascarenhas, técnica da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia-SEMA. Mariana iniciou saudando a todos, informando que foi solicitado vossa presença, para falar sobre o status atual da concessão do parque estadual das sete passagens, informando que a unidade PESP e o parque Zoológico de Salvador, foram retirados do leilão dias antes e que aconteceu o leilão com a unidade Parque Estadual Serra do Conduru e que a empresa que ganhou o leilão está na tratativa para acertar o contrato, e finalizar as assinaturas burocráticas. Informou que as unidades PESP e Zoo não foram submetidos a leilão neste primeiro momento, por ser a primeira experiência do estado desta atividade e que agora estão aguardando a finalização para levar estas unidades juntas a novo leilão, explicou que existem custos para o estado em todo processo, ficando a disposição para tirar as possíveis dúvidas e esclarecimentos, porém informou que estão aguardando a finalização dos demais parques para que o estado possa levar todos a leilão de uma só vez. O presidente do conselho Zélis Pereira, procurou a Mariana que estava circulando na mídia local que a unidade PESP, saiu do leilão por não achar interessado, se era realmente verdade e se no momento teria alguma novidade sobre o processo, esclarecendo também que as entidades conselheiras já o tinham questionado sobre o assunto, sendo preciso trazer estas informações para o colegiado. Mariana, informou que a equipe do estado fez sim reuniões com vários grupos, que não se pode saber se não teve interessado, e que a opção é submeter novamente em outro momento a unidade a leilão, informando também ser uma estratégia da gestão no momento. Foi solicitada a palavra pelo conselheiro Professor Gustavo Negreiros, representando a universidade federal vale do são Francisco-

UNIVASF, o mesmo iniciou saudando a todos, procurando saber quais foram os encaminhamentos das decisões, principalmente tomadas deste conselho, referentes suspensão desse processo, esclarecendo que foi discutido e tomada uma decisão contraia a concessão. Continuou falando que faria outras perguntas, depois que outros também tivesse a oportunidade de se manifestar. Mariana saudou o professor, informou que em todo processo manteve diálogo com o conselho e que a deliberação, que o conselho fez, foi levada para gestão, e que foi entendido pela gestão de dar continuidade ao processo de Concessão. O professor Gustavo, argumentou procurar entender o que os conselheiros estavam fazendo no referido colegiado, e qual era o papel dos mesmos, se era dar muro em ponta de faca, que era auto flagelação, que os conselheiros discutem e decidem e a decisão, simplesmente o estado passa por cima, e que gostaria que sua indignação fosse registrada em ata, dizendo que o estado teria passado completamente por cima de uma decisão unanime do conselho. Argumentando novamente que no ponto de vista de várias pessoas e entidades no Brasil inteiro, o PESP tinha uma gestão exemplar, e que a universidade fez e continua fazendo formação de pessoas, para os serviços turístico da região, como condutores, que gostaria de saber sobre estas considerações, se foram levadas em conta dentro deste processo de concessão, barra privatização destes serviços relacionados ao turismo para fortalecer essas estruturas comunitárias de turismo, procurou se estas estrutura estão sendo ou não fortalecida nesse processo discutindo dentro do conselho, e que não está vendo essas ações sendo observadas pelo estado. Mariana informou ao professor que no momento, não saberia dizer, que tipo de iniciativa estaria sendo tomada neste sentido, e que acompanha parte do trabalho, mas não saber dizer que tipo de interlocução estaria sendo construída com a secretaria de turismo do estado, que poderia buscar estas informações para ser disponibilizada no conselho. Foi solicitado a palavra pelo conselheiro Amilton Mendes, representando a ASPAF, Amilton iniciou saudando a todos, informando que a linha de pensamento seria a mesma do professor Gustavo, dizendo de sua insatisfação, diante de tudo que ocorreu no processo de concessão, e que tudo que foi encaminhando via conselho gestor não foi observado pelo estado, procurou a Mariana, qual era o sentimento dela referente ao processo, e se era um caminho sem volta, e se o governo iria dar continuidade desconsiderando a insatisfação da população. Mariana, argumentou que não tinha como falar de sentimentos, e que a informação que tinha no momento e de dar continuidade no processo de concessão, e que neste momento não tinha como falar das decisões da gestão, até porque está no momento de transição, e que não tinha como afirmar nada, e que no momento era aguardar a finalização da modelagem dos demais parques para que os quatros estejam em processo de leilão, entendendo ser esse o melhor caminho a seguir. Informou ainda que as contribuições foram acolhidas para as modelagens e que já foram a consultas públicas, dizendo ainda ser um processo que vem sendo construído e vem sendo trabalhado para que consiga o melhor resultado possível, informando novamente não ser uma questão de sentimentos, e sim uma questão sobre uma decisão e de seguir com o processo. O conselheiro Amilton, argumentou, que Mariana já tinha dito tudo, em não falar em sentimento, e não levar em consideração para com os elementos essenciais aos relacionamentos humanos, procurando saber quais eram as intenções reais do governo e de quem está a frente deste processo. Mariana argumentou que as pessoas a frente do processo teriam sim sentimentos, e que o assunto seria uma questão técnica, Amilton declarou que os técnicos do estado seriam muito tecnicistas, e que não sabia como é que todos pensam em relação as pessoas envolvidas no processo, e as consequências na vida das mesmas. Mariana, disse não ser dessa forma, que sim é levado em consideração as pessoas, e que respeita a opinião do conselheiro. O conselheiro Valteni Maia, representando a



Associação de Taquara e Cedro, que gostaria de saber se na gestão do novo governador, poderia ser revisto esse processo e que o conselho poderia de mobilizar para tentar influenciar a junto a nova gestão. Mariana argumentou não poder falar nada sobre decisões na nova gestão do estado a partir de 2023. Foi solicitado a palavra pelo senhor Richard Silva, membro do CBHI-Itapicuru, falando de sua insatisfação com o processo, informando saber que o conselho decidiu por votação não a concessão, e que além dos conselheiros, houve também mobilização popular a nível territorial, pela não concessão dessa unidade de conservação, e não entende a falta de sentimentos e questiona quem de decisão no âmbito do estado poderia vim ao colegiado informar o porque não interromper o processo de concessão. Mariana, respondeu que essa pessoa é o governador, e que a decisão e de quem assina, de quem decide. Richard, questionou se realmente o governador tinha conhecimento de todas as manifestações contrarias, Mariana informou que sim, Richard indagou, quem pode nos garantir? Mariana, argumentou que o colegiado teria que ver estas informações com a casa civil, ou chefia de gabinete, esclarecendo novamente que todas as informações foram passadas para todos envolvidos no processo, Amilton solicitou a palavra, argumentando que ele e outros entidades foram em audiência na casa civil e o responsável não estava sabendo absolutamente de nada, e que o mesmo veio tomar conhecimento através deles, dizendo ainda o responsável que recebeu a comissão ficou muito incomodo em saber do processo por eles , argumentando até que as coisas tramitam a nível de governo. Mariana, informou que a casa civil sabe sim de todo processo, e o que deve ter acontecido, foi que no momento da audiência o responsável não sabia ainda. Foi solicitada a palavra pela professora Gabriela, docente da UNEB campus 4, sendo saudando a todos, e a professora informou não ter perguntas, e que tudo que os presentes perguntam ficam ausentes totalmente de respostas esclarecedoras, e que só gerar mais indignação, que achou uma surpresa a pauta, entendendo que o tema já estivesse sepultado, primeiro pela pressão popular, segundo pela pressão judicial, informando não haver interlocução com o governo e o INEMA, como não houve essa interlocução entramos com recurso, e oficializar valor a casa incluindo nessa uma linha nada e ferida aqui pelo juiz da conta. Além da movimentação popular tivemos que ter essa movimentação judicial justamente por conta dessa ausência. Onde nesse movimento judicial ganhamos uma liminar, mas que infelizmente essa liminar foi reformada no tribunal de justiça, como já prevíamos, mas que esse processo não morreu aqui e que ainda vai para plenário do tribunal de justiça, e que o movimento vai continuar tentando derrubar essa decisão administrativa e antidemocrática sendo contra os desejos da comunidade. Sugere que nessa nova gestão ambiental possa mudar o conselho gestor de consultivo para deliberativo, esperando uma gestão do governo mais comprometida com meio ambiente e o povo do que a atual, onde as eólicas estão explorando a energia aqui em nosso território acabando com meio ambiente, e que o INEMA está sacramentando e assinando esse tipo de degradação ambiental sem considerar a opinião das comunidades, digo isso porque as últimas audiências em que participei um representante do INEMA reconheceu que a convenção 69, tem que ser cumprida, mas que não está sendo cumprida por falta de regulamentação sendo um acinte jurídico. O que me deixa mais preocupada não são só as questões políticas e empresariais que giram em torno dessa instituição que carrega o meio ambiente nas costas, e sim a falta de técnica e de um corpo jurídico que possa de fato passar as informações reais e tentando induzir a população de que na verdade as consultas são aquelas audiências publicas que ocorreram de forma grotesca que só visam cumprir burocracias. Então é uma pena muito grande que durante esses anos a pasta do meio ambiente foi relegada a interesses empresariais nada diferente do governo federal. Mas diante disso, soubemos que o parque não entrou nesse leilão pela ausência de interesse

de empresas. Espero que realmente seja isso e não interesses pouco mais complexos e profundos sendo um grande medo da comunidade já que as coisas são feitas de uma forma bastante obscura, não é. Mais uma sugestão para o conselho gestor é tentar mudar esse conselho de consultivo para deliberativo. Se a secretaria respeita as comunidades que estão representadas no conselho, não é porque de fato é só consultivo, isso não quer dizer que as decisões tomadas no âmbito do mesmo não tenham que serem levadas em consideração pela gestão; porque senão, não é uma gestão democrática. Uma gestão ditatorial. Se for assim não precisa existir conselho. Então, uma outra sugestão é que o conselho faça o convite ao governador do estado para dizer quais são as perspectivas e propostas para o meio ambiente, especialmente para o Parque das Sete Passagens já no início do ano de 2023. Fazendo uma convocação formal do conselho gestor do parque ao novo governador para coloca-lo a par da situação e firmar com ele o compromisso que o parque irá ficar de fora dessa privatização. Gabriela agradece e encerra a sua fala. Zélis Pereira retoma a fala agradecendo a Gabriela informando que as entidades conselheiras entraram em contato com ele sobre a novidade que o Parque iria ficar fora do leilão para levar a pauta para a reunião sobre os status atual. Zélis concede a fala a Gilmar Oliveira, Vereador do Município de Miguel Calmon se apresenta como morador da comunidade do entorno do Parque, dizendo que o seu sentimento é igual ao do professor Gustavo, de Richard e Hamilton; um sentimento de impotência. Informo que a própria Câmara de Vereadores, com 11 vereadores fizeram um documento e foi entregue a Casa Civil mostrando a insatisfação com relação a concessão do parque e que foi uma atitude antidemocrática. Ressalta a importância da fala de Dr. Gabriela e que acredita na importância desse conselho ser deliberativo. Fala da grandiosidade desse conselho com várias entidades, com várias representações e não ter o poder de decisão. Então espero que as contribuições que foram feitas, assim como as que eu estou vendo, aparentemente só foram para formalizar a questão do processo. Precisamos continuar nessa batalha que acreditamos, que as contribuições feitas pelas entidades sejam respeitadas. Nosso sentimento no momento é de impotência, mas vamos continuar a luta, que eu acredito que exista luz no fim do túnel. Gilmar agradece a todos e com a palavra o professor Gustavo Negreiros retoma a fala mostrando indignação como a gestão trata o conselho, fazendo com que o conselho perca o seu próprio papel. Sendo que o papel do conselho é aconselhar sobre como deve ser feita na gestão do parque e o governo passa por cima mandando uma clara mensagem que não quer conselho. Então essa é a indignação muito grande que me faz perguntar, o que eu estou fazendo aqui. Sabemos que é um lado que muito nos indigna, pois parece que a democracia parece está só no papel, principalmente nesse fato aqui. queria perguntar, no processo de licenciamento das eólicas que são várias aqui na Serra, os valores que são depositados para o estado a títulos de compensação ambiental que deveriam ser direcionados a unidade de conservação de proteção integral, segundo a lei do SNUC, o quanto desses recursos de compensação o PESP tem recebido, principalmente das compensações que estão localizadas aqui nesta região? Pois, uma das principais justificativas para a concessão do parque é a parte financeira. Querida se possível uma resposta, obrigado! Logo após Gustavo, Mariana Mascarenhas retoma a fala, existe realmente recursos, e existe uma equipe dentro do INEMA um grupo que trabalha para a destinação desses recursos de compensação; mas não tenho como trazer essas informações. Acho que se é interesse do conselho entender melhor como funciona isso, pode-se convidar a equipe que trabalha diretamente com a questão de compensação. Mariana encerra a fala passando a palavra para Zélis Pereira informa sobre o valor de compensação que saiu para o PESP do complexo eólico OMEGA LADY, Lagoa e Itaparica, em Xique-Xique. O que eu posso adiantar é que as entidades conselheiras e aos convidados um exemplo de

compensação da YAMANA, uma mineradora vizinho ao parque, é que não existe nenhum valor de compensação pois o licenciamento foi antes da criação da câmara de compensação é uma coisa a se discutir no futuro. O que tem para o PESP discutir é o valor do complexo eólico. Zélis afirma que o professor está certo com relação a existência de valores de compensação ambiental desses vários complexos eólicos da região informando que no Morro do Chapéu existe um valor destinado para a unidade e o monumento natural Cachoeira do Ferro Doido. Sabe-se de um recurso menor de compensação federal da transmissão da rede elétrica das eólicas. Poderíamos amadurecer a ideia no início do ano de 2023, trazer algum especialista para que o conselho possa ficar a par de cada valor para cada unidade. Mas a nossa última pauta será sobre este valor já carimbado para o PESP. Gustavo Negreiro pede a palavra solicitando para a próxima reunião um relatório da câmara de compensação dizendo quais foram as compensações recebidas aqui na região. O quanto foi destinado. Então assim, para a gente entender porque esse recurso deveria estar vindo para o PESP e não deveria estar indo para outro lugar. Solicito então, que a gente tivesse uma fala em um momento futuro da câmara de compensação ambiental INEMA/SEMA que são responsáveis por gerir este fundo. Zélis Pereira retoma a palavra e sugere que a próxima reunião seja no mês de abril que provavelmente venha os representantes da câmara de compensação esclarecer esses assuntos que podem adiantar que o valor destinado ao Sete Passagens é do complexo OMEGA e o do parque do Morro do Chapéu com valores é do complexo da Babilônia. Essas particularidades e critérios dessas compensações seriam mais apropriados as pessoas responsáveis pelas câmaras técnicas explicarem. Pergunta se mais alguém queira falar sobre a concessão do parque. Cláudia Cecilia sub coordenadora, se apresenta e cumprimentando a todos, afirma ter acompanhado a fala de alguns, e espero que em 2023 possamos realmente fortalecer o conselho gestor. Entendo a insatisfação do conselho em relação a tudo que foi dito sobre a concessão do parque, e que cabe a minha. Zélis retoma a palavra sobre as duas ultimas pautas informando sobre a questão da pavimentação da estrada do parque, que seria asfalto, mas que a equipe técnica preferiu paralelepípedo entendendo que seria ecologicamente melhor. Que a visitação caiu muito por conta da interdição da estrada principal e que o novo acesso ficou mais distante pela comunidade do Murici informando que as chuvas atrapalharam bastante o andamento da obra e que também estragou muito a estrada do Murici, a prefeitura está trabalhando e melhorando a estrada e que o parque continua aberto à visitação. Sendo que já foi feito cerca de 60% da pavimentação e a previsão para terminar é no final de março a início de abril, sendo que o estacionamento da entrada do parque será contemplado com essa pavimentação. Hamilton membro da (ASPAF) pergunta a Zélis se o acesso ao parque está sendo pela comunidade do Murici. Zélis afirma que pode ir pelo bairro do Pontilhão sentido Água Branca pela estrada de chão onde existe uma placa indicando a comunidade do Murici. Zélis sugere passar o calendário das reuniões do ano que vem para os membros. Gustavo solicita a fala novamente, sugerindo dentro daquilo que a professora Gabriela falou, que a gente convidasse o governador Jerônimo para participar da próxima reunião para esclarecer sobre a questão do processo da concessão. Zélis fala que acha difícil no início do ano o governador participar dessa reunião, que poderíamos fazer um convite e uma moção ao governador, ou ele designar alguém a participar da reunião. Afirma que essa tentativa está registrada em ata e que qualquer entidade conselheira pode também convocar uma reunião extraordinária antes dessa reunião de março, que se todos concordarem com o convite e da moção a gente submete a votação. Gustavo Negreiros concorda e acha favorável fazer este convite da reunião e que de acordo com a agenda dele, faremos uma reunião extraordinária. Hamilton (ASPAF), concorda com Gustavo e pede para constar em ata a solicitação do convite a Jerônimo. E essa moção para tentar mediar

esse diálogo com ele. Zélis Pereira informa que são duas coisas diferentes, o convite não precisa se submeter ao colegiado, porque uma ou duas entidades podem solicitar uma reunião e sugerir pauta. É importante colocar entidade suficiente quando se for fazer a moção, e gostaria de submeter a votação. Se todos ou alguém discorda fique à vontade para falar para que a gente conste em ata e tome logo as providencias. Mas que a gente vai encaminhar e tentar verificar como fazer. Richard Silva sugere que antecipe essa reunião para o início do ano. Gustavo Negreiros afirma que gosta da ideia da moção, pois se pode refletir nessa moção sobre os fatos que veem nos acompanhando nesses últimos meses para não fazer anos. Já que a nossa insatisfação de ver nossas decisões e discussões e participação nesse conselho não sendo levados em conta nem a nossa posição contraria por unanimidade a esse processo e como ele está sendo feito, nem como ele está sendo conduzido. E a completa ignorância que o estado vem fazendo no posicionamento tanto das comunidades quanto desse próprio conselho que nos leva a solicitar um diálogo direto com o governador. E que gostaria de convidar a participar de uma reunião do conselho que a gente poderia abrir data para ser uma reunião extraordinária e acho que deve ser uma moção junto ao convite. Zélis Pereira diz que verá qual o documento mais adequado e que, todos concordando farão uma moção com o convite ao governador. Se alguém discorda que se manifeste para que conste em ata se foi unanime ou não. Júlia ler o chat e informa que Nailza, Nazareth e Cláudia votaram a favor; Gabriela e Janete concordam com Gustavo. Zélis Pereira conclui que fica decidido o seguinte; que pela maioria, faremos uma moção e o convite ao governador. Seria bom elaborar essa moção o mais breve possível porque no final do ano quase tudo para, e assim que começar o ano a gente possa tramitar. Então é por isso que estou dizendo que as onze entidades possam elaborar essa moção. Richard Silva questiona sobre se as entidades, se seriam apenas para elaborar o texto. Mas como ela vai ser, em papel timbrado e se seria o do conselho. Zélis Pereira responde que será encaminhada como deliberação do conselho. Sugiro a ajuda de alguma entidade para que possa elaborar porque na minha posição como presidente do conselho, eu sou servidor público e tenho minhas limitações para está fazendo isso. Então a sugestão seria de uma das entidades tentar elaborar essa moção para que a gente encaminhe o processo junto com a ata. Para depois nós cobrarmos esse resultado. Poderíamos agendar uma reunião extraordinária para o início do mês de março. Gustavo Negreiro se coloca à disposição para contribuir neste texto. E que a sugestão dele é que a gente faça um texto e coloque no próprio grupo do WhatsApp para que todos possam ajudar a contribuir. Marcelo também se dispõe a contribuir com este documento. Zélis Pereira reforça que ficará dessa seguinte maneira, todos contribuindo como combinado até o final da semana e que tenhamos este documento para está colocando junto com a ata para finalizar este mês com esta parte do conselho de 2022. E que estará trabalhando para que esta reunião aconteça o mais breve possível com a presença do governador ou de alguém que o represente. E que sobre o calendário das próximas reuniões sugiro que a nossa primeira reunião será em março. E as outras em junho, agosto e outubro pelo regime interno. E se caso precise de uma reunião extraordinária submete aos conselheiros. Como todos aprovaram, fica decidido desta maneira o calendário para o ano de 2023. A nossa próxima pauta será sobre um valor destinado de compensação ambiental para o Pesp. Cláudia Cecília fala sobre a questão das reuniões que acontecem bimestrais, então temos que tentar montar um calendário e depois sugerir datas. Estou vendo que está havendo um espaço muito grande de março para junho. Zélis Pereira explica que o calendário inicial seria junho, agosto, setembro de dois em dois meses, mas as entidades conselheiras sugeriram que antecipassem para março por causa da pauta da concessão. Claudia Cecília concorda. Zélis complementa que de dois em dois meses isso consta no regimento, mas se o

peço se entender dessa forma, podemos deixar abril ou junho, agosto e outubro e fazer uma reunião extraordinária. Não tem nenhum problema se isso consta no regimento, a gente pode deixar nosso calendário com uma reunião em abril, junho, agosto, outubro e em março convocamos uma reunião extraordinária. Cláudia Cecília concorda e agradece. Zélis Pereira fala sobre a questão da compensação direcionada ao parque do complexo eólico OMEGA que foi sinalizado em reunião dentro da DIRUC. Esse valor foi dividido em 50% para impactos locais das próprias unidades de lá, Lagoa de Itaparica e da APA. E os outros 50% trouxe para o Sete Passagens. Esse valor eu já sabia a mais de três anos sobre isso; que foi bem no início do processo de licenciamento quando foi executado dentro da câmara. Ontem a diretora me ligou e tivemos uma breve reunião por sistema sobre esse processo que é para redefinir essa compensação que tem dentro do complexo OMEGA no valor de. Em cima deste valor pensamos a três anos atrás nas questões da infraestrutura da sede sobre um auditório e algumas coisas dentro da unidade para oferecer cursos. Mas com esse processo da concessão, decidimos não investir em infraestrutura e mudar para algumas coisas constante no plano de manejo. Projeto essas biodiversidades, de segurança e de combate a incêndio na unidade. Gostaria de que junto com o conselho imaginar uma reunião extraordinária para está recebendo um esboço de um projeto de termos de referencia a esses sub programas. Dentro do plano de manejo a partir da página 262, vocês podem verificar a existência de alguns sub programas que em tese o estado teria que executar ou construir após a aprovação do plano de manejo. O plano por causa de um litígio que teve com a mineradora no final de 2012 para início de 2013, o entorno acabou ficando de fora da aprovação do plano, onde esse o mesmo plano é muito elogiado dentro do sistema do estado como um dos planos de manejo mais cotado que já foi feito pela Universidade Federal da Bahia, com a coordenação do professor Miguel. Esses sub programas dão direcionamento do plano de manejo para que seja executado, onde esses sub programas de infraestrutura da sede a gente deixou totalmente fora. Pensamos no programa de regularização fundiária que consta no plano de manejo havendo uma recomendação de duas áreas que estão fora do polígono da unidade, mesmo já sendo cuidadas. No volume II do plano de manejo, há duas indicações de correções na poligonal. Por que quando foi feito a poligonal em 1997, o equipamento era rudimentar e se perdeu alguns pontos quando foi confeccionado o mapa. A gente imaginava que o parque contemplava essas duas áreas, que são uma ponta da Serra da Sapucaia e outra do Sapé que ficaram de fora. Então, há uma recomendação de regularização fundiária para que a gente possa fazer essas correções. Imaginamos que seria um valor acima de 400 mil para contratar uma empresa com experiência nesse processo. Então, esse seria o problema numero 1 para a gente fazer essas correções, pois quando se trabalha com grandes empreendedores, exemplo, essa mineradora do entorno do parque, tem que ter uma segurança territorial muito grande. É de uma importância gigantesca independente da concessão ser concretizada ou não. Outros sub programas que foi pensado é de cooperação institucional para se trabalhar com as comunidades do entorno, assim instrumentalizando a equipe do Pesp para melhorar o desempenho nessas reuniões com as comunidades do entorno. Peço que se aprofundem nos sub programas da página 262 do plano de manejo para que possamos colher contribuições e submeter aos conselheiros. Com esses valores pensamos em mais dois sub programas que é de segurança com foco grande no combate ao incêndio, tanto em instrumentos como em formação de brigadas com o intuito de fortalecer a unidade para em uma situação de emergência, termos nossos próprios instrumentos. Outro sub programa que pensamos é o de proteção a biodiversidade instrumentalizando a unidade com equipamentos e monitoramento de biodiversidade, qualidade da água dentro da unidade e entorno pois é uma demanda grande solicitada pelas comunidades

do entorno. Lembrando que em todos os momentos pensamos na capacitação dos servidores e conselheiros e membros das associações comunitárias para que eles mesmos possam fazer esse monitoramento nas suas comunidades. Assim, depois de analisarmos todos esses sub programas vamos ver quais instrumentos são necessários, quantas capacitações irão ser precisas para chegar a esses valores da compensação. Vamos juntar esforços tanto a equipe dos Sete Passagens como Eduardo, coordenador Matheus e Geane tentando verificar o mais breve possível e colocar esses pensamentos desses sub programas no papel para apresentar ao conselho em março ou em uma reunião extraordinária. A nossa diretoria sugeriu que de imediato levasse essa pauta ao conselho para que se tiver alguma sugestão possa ser apresentada. Gustavo Negreiros agradece pelos esclarecimentos e afirma que é bom está ciente dos recursos que estão vindo. E contribui dizendo que nesse processo de informação é muito importante a participação de outras instituições de ensino técnico, assim descentralizando esse processo e que acha muito importante esse lado dos equipamentos do combate ao incêndio. Hamilton concorda com o professor Gustavo e acredita em um processo diferente do que normalmente o INEMA estabelece que é trazer os seus servidores para determinadas formações ou capacitações. Fala sobre o exemplo dos condutores ambientais de Itaitu, e quanto é importante para o fortalecimento para as comunidades do entorno mostrando o tamanho da importância dessa unidade de conservação. Reforça a importância da criação das brigadas de incêndio nas comunidades para melhor atender as demandas ao longo das serras. Acha oportuno usar esses valores para instrumentalizar esses grupos e levar mais informações as comunidades como por exemplo proteger essas nascentes no entorno do parque. Zélis Pereira retoma a palavra e concorda com o professor Gustavo em verificar o pessoal local. Afirma não ter informação, mas que esses processos devem ser por chamadas públicas, mas que tentarei interferir como solicitação de conselho que seja observada as entidades do ensino que existe na região. Solicita mais uma vez que todos deem uma olhada nos sub programas para que não fujam do que pedem esses sub programas. Pois estava conversando com a sede sobre as interpretações desses sub programas no sentido de instrumentalizar a unidade e o entorno, que a gente não tem capacidade técnica de implementar nenhum sub programa se não houver instrumentos. Na realidade, a gente está construindo uma política de estado e não uma política de governo. Gustavo Negreiros fala que tem que seguir o planejado com alguns ajustes, e sempre lembrando que o conselho é consultivo, que podem discutir o manejo quando acharem que é necessário. Diz que trabalha com a disciplina geocologia do fogo, e que acha de extrema importância usar uma linguagem mais adequada quando forem trabalhar com as comunidades sobre o uso do fogo e não só enfatizar em forma de leis, que por isso defende um trabalho feito por iniciativas locais para que faça esse processo de formação eficiente, que é muito importante na redução desses incêndios. Seguindo comenta sobre o projeto de proteção de nascentes e sobre quanto é importante, e cita que ele e o professor Marcos Paulo Novaes da UNEB de Jacobina, está em um processo de mapeamentos dessas nascentes em toda serra, que estão em busca de recursos de diferentes fontes e que estão construindo um processo de discussão da qualidade da água e nascentes, onde essas iniciativas se conversem e que não venha alguém de Salvador falar simplesmente de Lei, por isso insisto mais uma vez, pra que a gente consiga criar uma perspectiva diferente nessas iniciativas de formação mais efetiva. Zélis Pereira agradece ao professor Gustavo e que se dispõem a levar as sugestões das entidades conselheiras, mostrando a ata, e que ira está com os técnicos nesse processo, para que a gente não possa fugir dessas sugestões.



Hamilton fala sobre acessibilidade onde Eliana também falou sobre a importância desse assunto, e que Hamilton reforça citando a falta de acessibilidade no parque para pessoas portadoras de necessidades especiais. Zélis Pereira lembra a todos sobre que existia a intenção desses projetos de acessibilidade, mas que eles se encaixavam na parte de infraestruturas e que sendo assim não poderia ser implantado com o parque passando por esse processo de concessão que se caso venha a se concretizar é obrigação da iniciativa privada, e por isso optaram por outros subprogramas que ficariam na responsabilidade do estado no caso, a proteção da biodiversidade e das nascentes. Richard Silva pede a palavra e começa apresentando Eliana, que é uma convidada e estudante da UNEB, que possui necessidades especiais e que ressalta a importância desses projetos de acessibilidade onde a mesma já sofreu para conhecer os atrativos por conta da não existência dessa acessibilidade. Zélis Pereira agradece a Richard e a Eliana, e fala que irá levar esse assunto para ser discutido com a diretoria dele, pois como se trata de infraestrutura não tinha optado por esse projeto, mas iram voltar a discutir por conta da importância da questão de acessibilidade, se eles podem incluir ou não nesses valores. Zélis segue sua fala pedindo brevidade para apreciar a ata e que os conselheiros levem as informações passadas aqui para suas comunidades. Hamilton pede a palavra e pergunta se esses pontos que foram discutidos na reunião com relação a compensação, iram serem levados em conta no processo de construção como vai se dar esses encaminhamentos. Zélis Pereira responde que foi designado a submeter inicialmente essa ideia porque o martelo já estava batido que era outra coisa, mas que mudaram por entender que a concessão pode acontecer, assim foi submetido a vocês os subprogramas que ainda não estavam contemplados nesses valores citados, e que vai estar com a equipe técnica construindo esses novos projetos e que serão submetidos ao conselho para receber contribuições, e vai ser levado essas ideias iniciais registradas aqui na ata. Quando for feito isso a gente vai estar com isso todo bem trabalhado, cada subprograma desses com suas particularidades de valores se cabe instrumentos ou não, pois existe muitas coisas que são vedadas pela legislação sobre compensação. Hamilton afirma ter entendido. Zélis Pereira assim finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e desejando um bom final de ano a todos!

José Manoel Zélis Pereira
INEMA-DIRUC.URPD
MT 46600078 /

